



Cap sur l'école inclusive
en Europe



Boas Práticas

O papel do assistente na inclusão de um aluno com necessidades educativas especiais numa sala de aula regular

Tronco do módulo/ R

1/ Contexto

As boas práticas foram desenvolvidas por uma equipa de especialistas da Szkoła Podstawowa z Oddziałami Integracyjnymi nr 330 im. Nauczycieli Tajnego Nauczania [Escola Primária com o departamento de inclusão nº 330 denominado de acordo com a educação Underground), em Varsóvia, Polónia.

O aluno é um rapaz autista, com um quociente de inteligência abaixo da média, cujas necessidades de educação especial foram determinadas em 2010. Deste modo, ao iniciar a escola primária, foi enviado para uma turma de educação especial, onde esteve do 1º ao terceiro ano. As recomendações provenientes das decisões da equipa de educação especial incluíam:

- Aulas com um psicólogo, durante as quais o aluno adquiria competências sociais e exprimiria as suas emoções de modo adequado à situação,
- Terapia pedagógica, de modo a desenvolver competências cognitivas:
- Aulas de integração sensorial,
- Terapia da fala.

Todas estas aulas foram levadas a cabo pela equipa de especialistas da escola. Devido ao baixo nível intelectual, o aluno estava a repetir o ano e a sua situação escolar foi prolongada por mais um ano. Durante uma reunião em maio 2016, a equipa de especialistas tomou a decisão de passar o aluno para o quarto ano do ensino regular, assim a equipa determinou que o aluno iria ficar nessa turma mas permanentemente supervisionado por um assistente.

2/ Objectivos

As boas práticas destinam-se a dois grupos: alunos com necessidades educativas especiais e professores interessados na educação inclusiva.

Objectivos:

- Aumentar a autonomia do aluno que é o sujeito da inclusão,

- reduzir o número de comportamentos difíceis,
- apresentar o potencial e as capacidades do aluno,
- Aumentar as oportunidades para colaboração entre a equipa de especialistas, educadores e pais,
- despertar abertura do professor em relação ao aluno com autismo,
- Aceitação do aluno com necessidades educativas especiais pelos seus colegas.

3/ Desenvolvimento da Boa Prática

A equipa que implementa a boa prática:

1. O diretor da escola inicia e é responsável por todo o processo, decide enviar o aluno para uma certa sala de aula, coordena o trabalho da equipa de especialistas.
2. O professor da turma coordena a comunicação com os pais e professores de certas disciplinas, assim como os especialistas (psicólogo, pedagogo, terapeuta da fala) e é responsável pelos assuntos educativos.
3. O pedagogo coordena a equipa de apoio psicológico e pedagógico. Durante as reuniões da equipa, os seus elementos discutem todos os casos dos alunos cobertos pelo apoio psicológico e pedagógico.
4. O assistente do aluno apoia-o durante toda a sua permanência na escola, participa em todas as atividades de grupo e aulas do aluno e também durante uma possível estadia do aluno na escola em regime de cuidados diários.
5. O psicólogo dirige a terapia psicológica e trabalha com os elementos da equipa.
6. Os professores de disciplinas específicas cooperam com o assistente ao transmitirem conhecimento e ao ajustar a abordagem ao aluno.
7. Se necessário todos os elementos da equipa relatam quaisquer dificuldades com a inclusão, apoiam o aluno e respondem às situações que podem ocorrer.

A parte mais importante no processo foi a transição do aluno de uma sala de educação especial (2-4 pessoas) para uma sala regular (25 pessoas). A descrição destas práticas é feita depois de um ano de educação numa sala regular. A equipa que trabalha com o aluno não teve dúvidas em promover o aluno para o nível seguinte e inscrevê-lo numa sala regular durante um ano.

O assistente do aluno tem um papel muito importante no processo, continuou a seguir o aluno, o que mostra que quando um aluno com necessidades educativas especiais frequenta um turma regular, precisa de apoio. A principal área de trabalho do assistente incluiu:

- Explicar ao aluno as situações que ocorriam na sala de uma forma regular e usando exemplos concretos. Isto ajuda o aluno a compreender as situações sociais e os comportamentos adequados a essas situações,
- Ajudar o aluno a aceitar as mudanças ao padrão normal do dia (por exemplo mudanças durante as aulas de educação física),
- Conter o aluno de responder a todas as questões do professor, por exemplo, quando o professor perguntava a outro aluno. O assistente tinha que explicar ao aluno que o professor queria fazer perguntas a outros alunos durante a aula,

- Apoiar o aluno quando ele não é capaz de realizar uma tarefa (ex. Quando ele chorava ou manifestava outras reações súbitas),
- Ajudar o aluno a compreender porque que é que o seu comportamento em relação aos seus pares ou professor era inapropriado em certas situações,
- Apoiar o aluno e explicar os acontecimentos que estão a acontecer, para que ele não interrompa a aula, por exemplo fazendo a mesma pergunta várias vezes, mesmo se já tivesse obtido a resposta.

Na avaliação da equipa que trabalha com o aluno, em comparação com a da sala de educação especial, o rapaz tem mais propensão para desenvolver atitudes e comportamentos mais adequados ao aprender com os seus colegas numa aula regular. Os professores de algumas disciplinas afirmam que o aluno foi aceite pelos colegas que o apoiam e que têm uma atitude amigável. O aluno segue as instruções do professor, faz o trabalho de casa com frequência, lida muito melhor com as tarefas quando trabalha de forma independente do que quando trabalha num grupo, gosta que lhe sejam feitas perguntas durante a aula e por vezes responde às perguntas do professor mesmo sem ter sido questionado. Quanto às Ciências, por exemplo, matemática e informática, não é diferente do grupo quando se trata do ritmo de trabalho e consegue notas de bom e muito bom. Contudo, é difícil para ele lidar com o fracasso. O professor de Educação Física afirmou que o aluno tem uma baixa concentração ao nível visual e motor, tem receio de ser atingido por uma bola, tem dificuldade em aceitar as mudanças no padrão da aula às quais não está acostumado.

Os seus colegas têm-se acostumado a aceitar e compreender as suas diferenças.

4/ Avaliação das Boas Práticas

Uma criança que está em vias de se tornar um sujeito de inclusão receberá apoio de especialistas e será entregue ao cuidado de um assistente, com quem os pais da criança estarão em contacto e cooperarão abertamente para benefício da criança. Se estas condições forem seguidas, há uma grande probabilidade da inclusão da criança ser bem sucedida.

A avaliação é feita através de um programa educativo e terapêutico individual (a elaboração do programa e a sua avaliação é feita em todos os semestres, com a aceitação dos pais da criança, assim como através da observação da mudança de comportamento da criança, neste caso do aluno. No ano anterior observou-se o seguinte:

- Melhor compreensão de comportamentos adequados e não adequados;
- Desenvolvimento de pontos fortes, isto é boa memória e capacidade de contar,
- Desenvolvimento de um discurso mais compreensível, o que leva a uma melhor comunicação com os pares,
- Desenvolvimento de uma escrita mais legível, que, no entanto, ainda requer um trabalho contínuo,
- Notório aumento da autoestima, um claro orgulho de estar a frequentar uma sala de aula regular,
- Diminuição do número de comportamentos difíceis, em comparação com o que acontecia quando frequentava uma sala de aula da educação especial. Esses comportamentos eram caracterizados por: auto-agressão física (batia-se), perturbação da aula ao bater na mesa, agressão verbal em relação aos outros,
- Os comportamentos difíceis característicos das crianças com autismo, embora sejam menos intensos atualmente, ainda não são compreendidos pelos seus colegas.

Parte facultativa (se necessário)

5/ Limites

A nível formal, as limitações podem ser:

- Incapacidade de obter recomendações relevantes na decisão das necessidades educativas especiais,
- Dificuldade em encontrar a pessoa certa (assistente) para trabalhar com estas crianças,
- O salário de um assistente é relativamente mais baixo do que o de um professor,

A nível social, as limitações podem ser:

- Falta de abertura do diretor da escolar no que diz respeito à educação inclusiva,
- Relutância dos pais das crianças,
- Estigmatização do aluno.

6/ Perspectivas

Para que as práticas sejam bem sucedidas, é essencial que cada beneficiário esteja aberto para a prática da educação inclusiva e relação às crianças com autismo e a sua percepção do mundo.

Os professores e diretores das escolas para onde são enviados os alunos com necessidades educativas especiais devem frequentemente receber formação. Para além disso, a colaboração entre o meio familiar e o meio escolar é necessário, assim como um trabalho conjunto entre eles. Para além disso, deve haver uma boa relação entre a criança e o assistente.

Os pré-requisitos para que as boas práticas sejam duradouras a nível institucional incluem:

- Regras de financiamento estáveis e transparentes,
- Abertura do diretor da escola em relação às crianças com deficiência, que serão objeto da inclusão,
- Ações dirigidas aos pais e alunos sem deficiência,
- Cooperação da equipa de especialistas,
- Designar um assistente ou um pedagogo especial para a criança que é objeto da inclusão.

Este modelo pode ser copiado e é feito de acordo com o sistema legal Polaco, na nossa opinião, o baixo número de alunos na educação inclusiva é resultado de altos custos (professor adicional para um aluno na sala de aula regular vs. Professor adicional para cinco alunos na sala de aula da educação especial) e a relutância dos administradores escolares.